



CRIMINAL

Gaeco deflagra operação sobre desvio de recursos em sindicato



O Ministério Público do Paraná, por meio do Núcleo de Londrina do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), cumpriu nesta quinta-feira, 6 de outubro, três mandados de prisão temporária e seis mandados de busca e apreensão no âmbito da Operação Sangria, que apura possíveis desvios de recursos do Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança, Vigilância, Serviços Orgânicos e Similares de Londrina e Região. As ordens judiciais foram cumpridas nos municípios de Londrina, Cambé e Sertãozinho.

As investigações do Gaeco tiveram início em agosto de 2020 e apuram os crimes de associação criminosa, peculato e lavagem de dinheiro supostamente cometidos por três integrantes da cúpula diretiva da entidade sindical. A partir da quebra de sigilo bancário e fiscal dos investigados e do sindicato, obtida

judicialmente, foram identificados centenas de saques fracionados e em espécie, pagamentos de contas pessoais dos dirigentes com valores oriundos dos cofres do sindicato, além de outras movimentações bancárias atípicas, que indicam possíveis desvios de recursos para atender interesses particulares.

Os alvos de prisão são diretores do sindicato e os mandados de busca são cumpridos em residências e endereços profissionais. As ordens judiciais foram autorizadas pelo Juízo da 3ª Vara Criminal de Londrina, que também determinou o sequestro de bens imóveis, móveis (veículos), valores e ativos financeiros dos investigados até o limite de R\$ 6.279.561,68, valor apontado pelo Ministério Público como total do prejuízo aos cofres do sindicato.

Nº dos autos: 0050808-77.2022.8.16.0014

Informações para a imprensa:

Assessoria de Comunicação

comunicacao@mppr.mp.br

(41) 3250-4264

Nota da CNTV

Informamos que o Sindicato em questão não é nosso filiado e que aguardamos mais dados para nos manifestarmos, enquanto isso, cremos que todos os tramites judiciais serão cumpridos para que possamos efetivamente esclarecer tal questão.

Sindicatos cobram que Mercantil do Brasil valorize a vida de clientes e funcionários

Banco quer retirar portas com detecção de metal e vigilantes armados dos postos de atendimento



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Banco Mercantil do Brasil (BMB) e o coordenador do Coletivo de Segurança Bancária da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Elias Jordão, se reuniram, nesta quinta-feira (29), com a direção do banco para tratar sobre a desativação das portas giratórias com detector de metais e a substituição dos vigilantes armados por controladores de acesso, como parte do processo de reestruturação dos postos de atendimento (PAs) implementado pelo banco.

A representação dos trabalhadores exige que o Mercantil do Brasil garanta a integridade física de seus funcionários e clientes, com a manutenção de todos os itens de segurança necessários e cobra a suspensão do processo, com o retorno da vigilância armada e a manutenção das portas giratórias até que o assunto seja amplamente debatido junto ao Grupo de Trabalho da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), conforme definido no artigo 88 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, após negociações realizadas na Campanha Nacional dos Bancários 2022.

“Pelo público que atende, aposentados e pensionistas do INSS que, em sua maioria sacam seu benefício e transportam o dinheiro em espécie, ficando à mercê de golpistas e pessoas mal intencionadas, o Mercantil tem a obrigação de manter os vigilantes armados e

as portas giratórias com detecção de metais em todas as suas unidades de atendimento”, disse o coordenador da COE do BMB, Marco Aurélio Alves. “A reestruturação dos novos PAs, com a desativação das portas giratórias e a contratação de controladores de acesso, que no nosso entendimento são despreparados para a função de segurança bancária, é um tipo de economia que só visa aumentar os já absurdos ganhos dos banqueiros. O banco precisa dar mais valor à vida das pessoas do que ao lucro”, completou.

Para Elias Jordão, o importante é manter a mobilização dos sindicatos nos locais em que o Mercantil do Brasil está promovendo tais mudanças, com o monitoramento das leis municipais e estaduais regulamentadoras sobre segurança bancária nas respectivas bases locais, e continuar pressionando o banco a rever seu posicionamento.

Segundo o coordenador do coletivo de Segurança Bancária da Contraf-CUT, o assunto será levado para debate no GT junto à Fenaban. “Esperamos avanços em mesa de negociação ou insistiremos em audiências públicas que criem leis municipais e estaduais que garantam a segurança dos funcionários e clientes dos bancos. Continuaremos cobrando para que a segurança bancária não seja tratada apenas como custo pelo Mercantil do Brasil, e sim como medida que preserva a vida de trabalhadores e clientes”, concluiu.

Em mesa, o Mercantil do Brasil garantiu que irá cumprir o acordo conquistado junto à Secretaria Regional do Trabalho de Minas Gerais, com o compromisso de manutenção de um vigilante armado e a porta giratória nos PAs do estado e que também irá seguir as legislações vigentes em cada base territorial sobre a obrigatoriedade dos itens de segurança para o funcionamento das unidades bancárias.

Fonte: CONTRAF

Contraf-CUT cobra explicações sobre fechamento de agências do Bradesco

COE reivindica reunião ainda em outubro para tratar de outros assuntos de interesse dos funcionários



POR QUÊ?

Contraf-Cut reivindica esclarecimentos do Bradesco

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) cobra do Bradesco explicações sobre o fechamento de 115 agências, anunciado na semana passada. De acordo com o banco, todos os trabalhadores serão realocados e nem todas as agências serão fechadas, boa parte delas serão transformadas em unidades de negócios. Ainda segundo o banco, foi feito um estudo para apontar quais agências podem ser fechadas, levando em conta, por exemplo, o fluxo de clientes, a sobreposição de agências e a migração de clientes para os meios digitais.

A Contraf-CUT, por meio da Coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco, Magaly Fagundes, também questionou sobre a mudança na nomenclatura dos cargos, desde o último sábado (19). Os atuais Escriturários passaram a ser Agentes de

Negócios e os Caixas serão Agentes de Negócios – Caixa. Segundo o banco, a mudança ocorreu apenas para adequação da nomenclatura utilizada no mercado de trabalho, sem mudanças em relação a salário e jornada de trabalho. Mas, houve revisão de acesso dos escriturários a alguns serviços. Também houve melhorias na trilha de carreira. As mudanças foram realizadas em todo o país, com exceção do Agente de Negócio – Caixa, que em algumas agências permanecerá a função caixa.

A coordenadora da COE informou que será enviado um ofício com pedido de marcação de uma reunião ainda em outubro. “Nós queremos retomar a discussão da nossa minuta específica de reivindicação e aprofundar o debate de outros temas de interesse dos trabalhadores do Bradesco”, afirmou.

FONTE: CONTRAF

Bolsonaro cortou 99% da verba das ações para as mulheres no orçamento de 2023

Na TV ele diz que defende as mulheres. No gabinete, usa a caneta para praticamente zerar os recursos de 47 dos 74 programas voltados para as mulheres



A primeira-dama Michelle Bolsonaro até tenta mudar a imagem do presidente Jair Bolsonaro (PL) e dizer que ele defende as mulheres, mas a realidade desmente a primeira esposa. Na convenção do PL que referendou o nome de Bolsonaro como candidato à reeleição pelo partido, Michele disse que Bolsonaro havia sancionado 70 leis dedicadas às mulheres. Só não disse que: 1) apenas 46 beneficiam diretamente o público feminino; 2) nenhuma proposta é de autoria do governo; e, 3) o marido vetou seis propostas.

Na campanha para o segundo turno, ainda de olho no voto feminino, que representa 52% dos eleitores do país, Michelle e Bolsonaro vão ter de esconder o fato de que o presidente praticamente zerou as verbas destinadas no Orçamento da União de 2023, de 47 das 74 ações existentes voltadas a elas.

Ataque às creches

Uma das mais prejudiciais às mulheres é a que reduz o dinheiro para dar apoio à implantação de escolas para educação infantil, o que inclui as creches. O governo previu apenas

R\$ 2,5 milhões para essa ação na proposta para o ano que vem, 97,5% a menos do que em 2022.

Neste ano, Bolsonaro já havia vetado o reajuste de 34% das verbas da merenda escolar e em diversas cidades as crianças tinham direito apenas a suco e bolacha; em outras três crianças dividiam um ovo.

Ataque ao ensino médio

Ainda na área da educação, as despesas com educação básica, que beneficiam crianças e adolescentes até o ensino médio teve os recursos diminuídos de R\$ 664,6 milhões neste ano para R\$ 29,2 milhões em 2023 - uma redução de R\$ 635,4 milhões.

Mais uma prova que este governo não se importa com a educação, o futuro das crianças e adolescentes e muito menos se preocupa em dar condições para que as mulheres trabalhem fora de casa, apesar de elas chefiarem 48,7% das famílias, segundo estudo feito pelo Grupo Globo, em janeiro deste ano.

Rurais mais afetadas

O maior corte em programas voltados para as mulheres, de 99,6%, foi sobre os subsídios para projetos de interesse social em áreas rurais. A ação contava com R\$ 27,9 milhões iniciais em 2022, mas o valor foi achatado para apenas R\$ 100 mil no ano que vem. Esses programas sociais em geral costumam privilegiar mulheres como titulares do benefício, uma vez que elas tendem a empregar os recursos em favor da família.

A obrigatoriedade da elaboração do Orçamento Mulher foi incluída na Lei de

Diretrizes Orçamentárias em 2021 pelo Congresso Nacional. Bolsonaro vetou dizendo que isso “contraria o interesse público”, mas os parlamentares derrubaram o veto presidencial.

O Jornal Folha de São Paulo fez um levantamento a partir do Painel do Orçamento/Siop; lista de ações extraída do relatório “A Mulher no Orçamento”, do Ministério da Economia.

Confira os cortes nos programas

Maiores cortes em ações que beneficiam mulheres na proposta para 2023

Ações do Orçamento Mulher	Valor proposto no Orçamento 2023, em R\$	Varição entre propostas de 2022 e 2023, em %
Subvenção Econômica a Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais	100.000	-99,64
Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas	150.000	-98,42
Apoio à Implantação de Escolas para Educação Infantil	2.500	-97,5
Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar	2.660,64	-97,38
Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	3.457,30	-97,10
Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	50.000	-97,09

Apoio à Urbanização e Assentamentos Rurais	250.000	-95,37
Regularização de terras ao FAR (Casa Verde e Amarela)	34.184,61	-95,31
Apoio à Capacitação e Formação Inicial e continuada para a Educação Básica	6.435,54	-95,30
Apoio à Organização, Gestão e à Vigilância Social no âmbito do IAS	3.317,88	-95,13
Apoio à Melhoria Habitacional	5.000	-95
Inclusão Produtiva Rural	1.265	-95
Ações de Proteção Social Básica	31.927,60	-95
Ações de Proteção Social Especial	16.350	-95
Apoio à Manutenção da Educação Infantil	2.590,18	-94,92
Apoio à Alfabetização e Elevação da escolaridade na Educação de Jovens e Adultos	692.000	-94,64

Ações do Orçamento Mulher sem previsão de recursos em 2022 e 2023

Apoio Financeiro Suplementar à Manutenção da Educação Infantil

Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Fonte: CUT

Aumentam denúncias de assédio eleitoral de patrão. Isso é crime. Veja como denunciar



Aumentaram as denúncias de assédio eleitoral no local de trabalho, desde a definição de que vai ter segundo turno entre o ex-presidente Lula (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição.

São patrões ameaçando de demissão trabalhadores que não votarem no candidato deles, aquele que dia sim outro também anuncia medidas que beneficiam empresários e prejudicam trabalhadores, Jair Bolsonaro é o nome dele. Outros oferecem até dinheiro para quem votar no candidato do patrão.

Isso é crime previsto na legislação eleitoral e os trabalhadores e trabalhadoras podem denunciar, se tiver receio de retaliações, pode fazer uma denúncia anônima ou sigilosa, como orienta a CUT e demais centrais em panfletos distribuídos nos locais de trabalho.

Veja abaixo como denunciar.

Centrais e MPT se unem para combater assédio eleitoral dos patrões

A lei é clara, o assédio eleitoral ou a compra de votos é crime previstos em lei pelo artigo 301 do Código Eleitoral. A legislação prevê pena de até quatro anos de reclusão e pagamento de multa para quem “usar de violência ou grave ameaça para coagir alguém a votar, ou não votar, em determinado candidato ou partido”.

Os patrões também não podem oferecer benefícios ou vantagens a alguém que busca uma vaga ou obrigar um trabalhador a vestir uma camiseta de um candidato. Isto é considerado “abuso do poder diretivo” da empresa.

A Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT) em agosto deste ano também divulgou recomendação a empregadores para que se abstenham de fazer promessas, ameaças ou orientações relacionadas ao período eleitoral.

Como denunciar

As denúncias podem ser feitas por meio do site do MPT de forma anônima em que o autor não se identifica ou de forma sigilosa em que seu nome não será divulgado quando da apuração do Ministério Público do Trabalho.

Os sindicatos dos trabalhadores também podem receber as denúncias, colher provas e encaminhá-las ao MPT. A CUT Nacional e as demais centrais sindicais criaram uma cartilha em que orientam os trabalhadores em como agir em caso de assédio eleitoral.

Novas denúncias

Apesar da lei, com a proximidade do segundo turno que ocorre no dia 30 deste mês (domingo), o vale tudo para tentar promover a candidatura da chapa Bolsonaro/Braga Netto, está cada vez mais acirrado.

Somente nesta terça-feira (4), três empresários foram denunciados por crime eleitoral. As ameaças foram de não comprar

mais material de fornecedores locais até a de demissões e proposta de pagar R\$ 200 para cada trabalhador caso Bolsonaro seja eleito.

Outro caso de grande repercussão foi o da empresária do agronegócio, Roseli Vitória Martelli D'Agostini Lins, que em vídeo, no início do mês de setembro, sugere a empresários do setor que demitam sem dó quem pretende votar em Lula.

Ela foi obrigada a se retratar em outro vídeo, após assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT), além de se comprometer a custear uma campanha de esclarecimento. Em caso de descumprimento, a empresária pagaria uma multa de R\$ 20 mil por item e a cada ocorrência.

Fonte: Rosely Rocha | Editado por: Marize Muniz – CUT Brasil



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF